

CADERNO DE ENCARGOS



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto e que tem por objeto principal:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Cláusula 2.ª

Contrato

MUNICÍPIO TONDELA

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse Código.

Cláusula 3.ª

Serviços

Pretende-se contratar um auditor externo, responsável pela certificação legal das contas do Município de Tondela.

Cláusula 4.ª

Competências

Compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas:

- a) Cumprir as disposições constantes nas alíneas a) a e) do nº 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Compete, ainda, ao auditor externo pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei (nº 4 do citado artigo 77º).

Cláusula 5.ª

Conformidade dos serviços

Os serviços deverão cumprir a Diretriz de Revisão/Auditoria 873, dando cumprimento ao definido na DRA 300 e ISA 300; DRA 320 e ISA 320; DRA 310 e ISA 315; DRA 400 e ISA 330.

Cláusula 6.ª

Prazo contratual

O prazo contratual decorre durante o presente ano, 7 meses, com produção de efeitos a partir da data da assinatura do contrato.

Cláusula 7.ª

Validade da proposta

O concorrente compromete-se a manter a validade da sua proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data da entrada nos serviços.

Cláusula 8.ª

Proposta

1 – A proposta deverá obrigatoriamente indicar o preço e incluir o plano de pagamentos.

2 – A proposta deverá ser acompanhada por:

- Declaração conforme modelo anexo I ao CCP (modelo anexo ao presente caderno);
- Plano geral de auditoria ;
- Equipa de auditores
- Plano de visitas



TONDELA
MUNICÍPIO TONDELA

Cláusula 9.ª

Obrigações do adjudicatário

Constituem obrigações do adjudicatário:

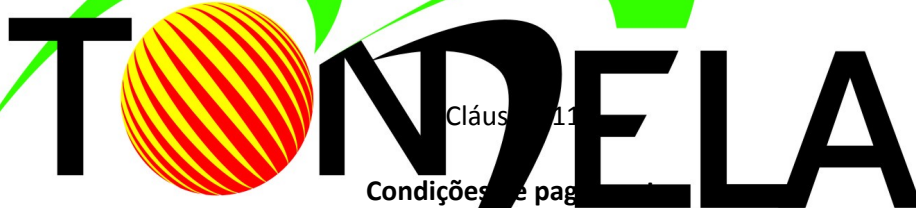
- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão abrangidos, nos termos do artigo 81º do CCP;
- b) Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do presente Caderno de Encargos;
- c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento do bem objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- e) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;

- f) Não subcontratar, no total ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

Cláusula 10ª

Obrigações da entidade adjudicante

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Tondela obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A faturação deverá mencionar a denominação do concurso e ter apenso à mesma o número sequencial de compromisso

Cláusula 12ª

Conformidade dos serviços

- 1-O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato em conformidade com as especificações do presente Caderno de Encargos.
- 2- Os serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3-O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.



Cláusula 13ª

Penalidades contratuais

MUNICÍPIO TONDELA

1-Pelo incumprimento dos prazos estabelecidos na cláusula 3ª do presente Caderno de Encargos, o Município de Tondela pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária até 10% do preço contratual do fornecimento em causa, a fixar em função da gravidade do incumprimento.

- 2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Tondela pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço do contratual para o período em curso.
- 3- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Tondela tem em conta, nomeadamente, o atraso em dias em relação à data da entrada de funcionamento do equipamento, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 4- O Município de Tondela pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Tondela exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14ª

Força maior

1-Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargo ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, moções e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15ª

Resolução por parte do Município de Tondela

1-Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Tondela pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas.



Cláusula 16ª

Resolução por parte do fornecedor

1-Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses e exceda 20% do preço contratual para o período em curso, excluindo juros.

2- O direito de resolução é exercido mediante declaração enviada ao Município de Tondela, que produz efeitos trinta dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato não determina a rejeição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17ª

Preço base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de 8000,00 acrescido de IVA à taxa legal.



Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19ª

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos.

Tondela, 5 de junho de 2014

O Presidente da Câmara

(José António Jesus, Dr.)

